

FAZER A CIDADE: COTIDIANO, PRÁTICAS ESPACIAIS E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM UBERLÂNDIA (MG)

Paulo Henrique Silva de Amorim ¹
Beatriz Ribeiro Soares ²

RESUMO

Explorar o espaço urbano em busca de análises mais aprofundadas sobre os processos que originam desigualdades socioespaciais representa um desafio significativo, especialmente para nós, geógrafos. Referenciar elementos que, embora visualmente evidentes, permaneçam invisíveis para a maioria da população, especialmente aquela alienada pelos efeitos nocivos e subalternos do capitalismo, que além de favorecer a intensificação da exploração, amplia a reprodução da riqueza, compõe a complexidade desse esforço analítico. À luz dessa premissa, neste artigo, fundamentado a partir da obra de David Harvey intitulada "As 17 Contradições do Capital", empenhamo-nos em analisar o processo em curso de fragmentação socioespacial em diversas cidades brasileiras. Tomando como referência a política habitacional brasileira que originou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), examinamos o caso da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, com ênfase na produção da crescente periferação decorrente da expansão dos empreendimentos habitacionais. Essa expansão, paradoxalmente, tem culminado no cumprimento do direito à moradia, mas à custa da banalização de outro direito igualmente fundamental para todo cidadão: o direito à cidade. Este, no entanto, tem provocado transformações socioespaciais desastrosas para os beneficiários do PMCMV, fazendo com que seja amplificado os efeitos do processo de fragmentação socioespacial à medida em que condiciona os moradores desses conjuntos habitacionais a uma exclusão compulsória assim que ocupam tais espaços.

Palavras-chave: Fragmentação Socioespacial, PMCMV, Uberlândia, Direito à Moradia, Direito à Cidade.

ABSTRACT

Exploring urban space in search of more in-depth analyses of the processes that give rise to socio-spatial inequalities poses a significant challenge, especially for us, geographers. Referencing elements that, although visually evident, remain invisible to the majority of the population, particularly those alienated by the harmful and subaltern effects of capitalism, which, in addition to promoting the intensification of exploitation, further amplifies the reproduction of wealth, adds to the complexity of this analytical effort. In light of this premise, in this article, based on David Harvey's work entitled "The 17 Contradictions of Capital," we strive to analyze the ongoing process of socio-spatial fragmentation in various Brazilian cities. Drawing on the Brazilian housing policy that gave rise to the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV), we examine the case of Uberlândia, Minas Gerais, with an emphasis on the production of the growing peripheralization resulting from the expansion of housing developments. This expansion, paradoxically, has led to the fulfillment of the right to housing but at the cost of trivializing another equally fundamental right for every citizen: the right to the city. However, this has caused disastrous socio-spatial transformations for the beneficiaries of the PMCMV, amplifying the effects of the socio-spatial fragmentation process as it conditions residents of these housing complexes to compulsory exclusion once they occupy these spaces.

Keywords: Socio-spatial Fragmentation, PMCMV, Uberlândia, Right to Housing, Right to the City.

¹ Doutorando em Geografia (PPGEO) – Universidade Federal de Uberlândia – UFU, paulohamr@gmail.com;

² Professora Titular em Geografia (PPGEO) – Universidade Federal de Uberlândia – UFU, brsoares@ufu.br;

INTRODUÇÃO

Inicialmente, é importante destacar de maneira concisa um esclarecimento relevante. Ao longo deste artigo, ao mencionar o sistema capitalista, partimos da seguinte premissa: o capital, que constitui a base e o fundamento do capitalismo de produção, não é meramente um conceito filosófico ou uma coleção de objetos produzidos e reunidos em um determinado espaço geográfico ao longo do tempo histórico. Na verdade, trata-se de uma série de processos e interações sociais abstratas e concretas que ocorrem no espaço e no tempo, cujas ações, objetos e representações extrapolam a sociedade contemporânea por meio de sua reprodução material e imaterial.

Considerando essa premissa e a realidade existente, podemos constatar que o movimento complexo da sociedade contemporânea é continuamente moldado e dominado pelo capital, em virtude das sucessivas transformações em escala global. Essas transformações, por sua vez, alteram a relação espaço-tempo, seguindo a lógica própria do capital, que é orientado pela expansão e impulsionado pela acumulação (MÉSZAROS, 2002). Nesse contexto, buscase compreender que a dinâmica inerente à reprodução da vida cotidiana está sujeita à subserviência de diversos agentes que se relacionam para a manutenção destrutiva promovida pelo sistema capitalista de produção. As consequências dessas ações vêm se transformando em um cenário perverso em que se visualizam uma série de rebatimentos tanto na cidade quanto, principalmente, naqueles que buscam fazer parte dela enquanto direito.

Por se tratar de uma lógica que se utiliza predominantemente da desigualdade social para se efetivar e se autoafirmar enquanto sistema-mundo, busca-se no presente ensaio explorar, com base na leitura do livro “17 contradições e o fim do capitalismo”, sob autoria do geógrafo inglês David Harvey, alguns dos temas em que se discutem as estruturas constantes das contradições do capital e suas interações, revelando um retrato descentralizado do próprio capital. Para essa análise, serão adotadas como abordagem dimensões analíticas que exploram as dimensões do processo de fragmentação socioespacial, em conexão com o cotidiano, para interpretar e compreender a cidade, com ênfase na cidade mineira de Uberlândia (MG), como um espaço repleto de contradições. Essas dimensões servirão como base teórica para estabelecer conexões com os insights já previamente explorados pelo autor. Em outras palavras, o objetivo não é apoiar-se sobre as contradições já reveladas por David Harvey, mas empregá-las em outras análises que nós, geógrafos, possuímos enquanto bagagem de discutir e, assim, aproximá-las da realidade latino-americana e, em especial, brasileira.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de responder aos objetivos e questionamentos propostos nesta pesquisa, o presente ensaio fundamentou-se em leituras e análises socioespaciais alicerçadas na cidade mineira de Uberlândia (MG). Para compreender os desdobramentos atuais que configuram aspectos mais específicos da fragmentação socioespacial, em relação às práticas cotidianas e ao uso do espaço urbano, adotou-se como suporte metodológico uma combinação de análises qualitativas dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e uma compreensão mais aprofundada da relação entre as contradições do capitalismo e suas influências sobre o espaço urbano, respaldando-se nas contribuições do geógrafo inglês David Harvey em seu livro “As 17 contradições e o fim do capitalismo”.

De maneira mais específica, a metodologia empregada compreendeu: I) pesquisa bibliográfica; II) observação in loco, visando identificar os principais equipamentos urbanos presentes nos conjuntos habitacionais resultantes da política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, e determinar se podem ser considerados ambientes satisfatórios para a população local. Isso teve como objetivo gerar insights e proporcionar uma análise mais aprofundada sobre as condições de moradia e a apropriação do espaço urbano por parte desses moradores.

DESINTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE E SEUS REBATIMENTOS SOBRE A VIDA COTIDIANA

O raciocínio de que tudo que existe no planeta deve, em princípio e sempre que tecnicamente possível, ser submetido à mercantilização, monetização e privatização (HARVEY, 2016), já exige, ou ao menos deveria, nos exigir preocupação. Não é comum indivíduos se depararem com uma reflexão dessa ordem, uma vez que não se trata explicitamente de uma escolha, mas de uma consequência imposta pelo modelo capitalista de produção que busca repentinamente colocá-los diante de uma corrida desenfreada em busca do sucesso, de melhores oportunidades, de um melhor trabalho ou mesmo de uma melhor posição social. Como essas ações demandam tempo e, também, muito esforço, os trabalhadores se tornam alienados e, portanto, cegos em relação ao modelo capitalista do qual fazem parte.

Esse imperativo se une à crítica sistêmica que ecoa em diversos aspectos da sociedade urbana, desde as dificuldades de acesso à moradia até a mobilidade na cidade, passando pelo encarecimento recorrente dos alimentos, acesso às áreas de lazer e até mesmo a necessidade de

pagar por uma educação particular visando proporcionar aos filhos melhores oportunidades no mercado de trabalho. Sobre esse aspecto, Harvey (2016), apoiado em Marx, já nos alertava mencionando que “em todas as esferas da vida urbana, em todos os lugares, em menor ou maior grau, o valor de troca é o mestre e o valor de uso, o escravo”, apontando para a hierarquia de prioridades que o sistema capitalista estabelece, colocando o lucro acima de toda e qualquer necessidade humana básica.

Por meio dessas ações, materializam-se descaracterizações das formas espaciais produzidas no espaço geográfico que implicam incessantemente em alterações dos sentidos da própria vida cotidiana e, como resultado, repercutem em rebatimentos na condição do ser humano e no modo do ser humano. Em outras palavras, significa dizer que o processo de acumulação capitalista tem apontado para uma tendência de desintegração das relações sociais corpóreas, subjetivas e práticas dos (e entre os) indivíduos e, associado esses rebatimentos, acabam gerando conflitos que implicam até mesmo no estilhaçamento das condições do ambiente em que vivem esses indivíduos (AMORIM, 2022, p.40).

À luz dessas considerações, Harvey (2016) também destaca a transformação radical dos padrões de vida, identidade e pensamento, onde o novo ganha prioridade em detrimento do antigo. Um exemplo recente que ilustra essa dinâmica pode ser observado na cidade brasileira de Campinas (SP), onde a prefeitura, após decisão judicial, implementou uma política habitacional que revela uma notável disjunção: em maio de 2023, foram entregues cerca de 60 casas para acomodar moradores de ocupações. De início o que antecipamos é uma grande vitória, uma vez que a busca pelo acesso à moradia no Brasil está repleta de desafios burocráticos e arbitrariedades. No entanto, quando analisamos racionalmente a situação, fica evidente que essa ação não deve ser interpretada como uma benevolência por parte da prefeitura. Na realidade, ela gera uma série de críticas contundentes sobre a abordagem adotada pela administração municipal em relação à questão habitacional, especialmente quando consideramos o tamanho das habitações limitadas a apenas 15m² que se dividem em um cômodo e o banheiro, somada à ausência de qualquer infraestrutura adequada para atender às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade.

O exemplo de Campinas (SP) está longe de ser o único caso representativo no contexto brasileiro. Existem diversas outras situações semelhantes que abordaremos posteriormente. Mas o que nos interessa observar com esse exemplo é que, com o esgotamento do Estado do bem-estar social e a ascensão do neoliberalismo, transferir para a população o máximo possível dos custos de reprodução social tem se tornado uma das principais medidas para propiciar o aumento da taxa de lucro do capital. Em outras palavras, significa dizer que cumpre às famílias

residentes das casas de 15m² a responsabilidade de buscar por conta própria o restante da infraestrutura necessária para garantir a ampla reprodução ampliada da vida (HARVEY, 2016), o que, paradoxalmente, implica colocar à venda a mercadoria força de trabalho e penetrar no circuito econômico-cultural de mercantilização das relações sociais.

Essa ideia, que poderia ser descrita como uma prerrogativa, reforça os argumentos apresentados por Harvey (2016) ao discutir a interação entre “capital e trabalho” em sua quinta contradição. Ainda de acordo com o autor,

[...] o capital entendeu que poderia criar a base para sua própria reprodução pelo uso sistemático e contínuo da força de trabalho para produzir um mais-valor sobre aquilo que o trabalhador precisava para sobreviver com dado padrão de vida [...] ou seja, é mais conveniente para o capital que os trabalhadores sejam “liberados” de qualquer acesso à terra ou qualquer meio de produção. Desse modo, não lhes resta opção exceto vender a própria força de trabalho para sobreviver (HARVEY, 2016, p.74).

Nesse contexto, podemos observar a partir do âmbito que envolve o acesso à moradia implicações adicionais decorrentes do uso contínuo da força de trabalho. Em particular, os trabalhadores que passam a residir em habitações precárias, como as casas-embrião de Campinas (SP), enfrentam um esforço consideravelmente maior. Devido à baixa qualificação, são compelidos a cumprir extensas jornadas de trabalho para suprir as necessidades de suas famílias, o que resulta em sua ausência na participação das atividades familiares e no convívio domiciliar. Assim, não resta qualquer dúvida sobre o forte efeito negativo que o Estado, dominado pelo ideário neoliberal, impõe à classe trabalhadora. Cenários como esses se repetem a cada quatro anos com governos municipais que afirmam estar “inaugurando” gestões inovadoras autodenominadas “democráticas e populares” ao proporcionar às classes sociais de baixo poder aquisitivo o acesso à moradia. Mas bem sabemos que, na realidade, estão privando-as e distanciando-as de tudo o que define verdadeiramente uma cidade, incluindo o acesso ao lazer, à educação, ao trabalho e a todas as amenidades urbanas em sua totalidade.

No que diz respeito a esse aspecto, Maricato (2015) apresenta considerações relevantes ao abordar a gestão do governo Lula (2003-2010), levantando questionamentos sobre quem realmente se beneficiou das políticas sociais promovidas pelo governo anterior.

Não há dúvida de que as políticas sociais implementadas pelos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva fizeram diferença na vida de milhões de brasileiros. O mais representativo, que relega à gestão como um sucesso, foi sem dúvidas o [Programa] Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009. Com a finalidade explícita de enfrentar a crise econômica de 2008, o MCMV apresenta pela primeira vez um programa habitacional com subsídios do governo federal. (MARICATO, 2015, p.36).

Será que estaríamos diante de uma política habitacional que finalmente resolveria o problema que o Brasil vem tentando solucionar há anos? A resposta para esta questão nós já sabemos. Quando finalmente o Estado brasileiro retomou o investimento em habitação de forma mais decisiva, um intenso processo de especulação imobiliária promoveu a elevação do preço da terra e dos imóveis considerada, segundo Maricato (2015), como a mais alta do mundo. Para se ter uma ideia, no período de janeiro de 2008 a janeiro de 2015, os preços dos imóveis no Rio de Janeiro subiram impressionantes 265,2%, enquanto em São Paulo o aumento foi de 218,2%, destacando-se como as maiores elevações entre as capitais brasileiras (Fipe ZAP, 2015). Visualiza-se, deste modo, um cenário oposto, porém igualmente perverso: se nos EUA a bolha imobiliária foi impulsionada pelo contexto da especulação financeira, no Brasil, o cerne do boom imobiliário combinou ganhos financeiros à longa tradição de especulação de terras, a qual já existia e foi impulsionada pelo próprio Estado – o mesmo que se autodeclara defensor e unificador da promoção das políticas sociais.

Maricato, ao mencionar que pela primeira vez na história do país o governo federal reservou subsídios em volume significativo para que as camadas de mais baixa renda não ficassem de fora da produção habitacional (MARICATO, 2015, p.36), acaba deixando de considerar também a visão empresarial da política habitacional que se estabelece. Essa mesma política habitacional do MCMV se assemelha ao que ocorreu com o BNH e SFH, ou seja, baseada na construção de novas casas, sem levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto e, ainda mais preocupante, sem considerar a qualidade precária da cidade já comprometida. Em meio a esse processo, emergem dois questionamentos indispensáveis: o que restou à cidade – como produto da sociedade contemporânea – senão um descabido espaço em que se conjugam as contradições perversas do capital? E como se manifestam as relações cotidianas, uma vez que se encontram cada vez mais relegadas a um processo constante de desintegração?

Lefebvre (1991) já nos alertava sobre a decomposição da cidade como uma realidade acabada. Ele ressaltou como o valor de uso, que abrange as necessidades e os desejos subjetivos da vida cotidiana, foi drasticamente suplantado pelo valor de troca, orientado pelo modelo de acumulação, resultando no consumo de mercadorias e produtos que excluem uma grande parcela da população. Nesse sentido, o consumo passa a desempenhar um papel fundamental na apropriação da cidade, afetando as possibilidades diferenciadas de participação de cada cidadão na totalidade da cidade, uma vez que as práticas espaciais e as representações que produzem o cotidiano se desenvolvem em conformidade com múltiplas dimensões, tais como as sociais, econômicas, culturais e políticas.

Quando associamos as representações que produzem o cotidiano, estamos tomando como referência a redução de práticas socioespaciais devido a processos que restringem cada vez mais grupos e classes sociais específicos de desfrutar das amenidades existentes na cidade. Essas amenidades vão além dos espaços construídos pela administração municipal, como parques urbanos, praças e eventos culturais. Referimo-nos aos espaços considerados “públicos”, mas cuja permanência é determinada principalmente e tão-somente pelo consumo. E sendo o consumo um elemento eminentemente individual, ele acaba reforçando experiências fragmentadas na vida cotidiana.

Em meio a todas essas características, inerentes aos novos valores que se revelam sobre o espaço urbano, gradualmente testemunhamos um fenômeno que pode ser explicado como uma forma de “desintegração da sociedade”, cujas manifestações recaem negativamente sobre a vida cotidiana. Nessa perspectiva, Morcuende (2021) estabelece uma conexão entre a desintegração da sociedade à chamada "queda do projeto moderno".

Com a queda do projeto moderno, novos valores passaram a se expressar na sociedade urbana. Trata-se de uma padronização de valores que envolve a “criação ativa de mundos próprios e alienação contemplativa do sujeito no qual o recipiente que contém todas essas imitações é o espetáculo”. Nele são reproduzidas todas as dimensões do urbano que vão sendo esvaziadas na medida em que se observam cisões entre indivíduo e sociedade e, assim, entendendo a fragmentação a partir do enfraquecimento do espaço vivido e da compartimentação das dimensões da vida cotidiana (MORCUENDE, 2021, p.4).

Essa conjunção envolvendo a queda do projeto moderno e os novos valores que se manifestam sobre a sociedade urbana, para além de comprometer toda a coerência orgânica que deveria emergir sobre a cidade, também promovem, como designou Harvey (2016), rupturas que convenientemente encobrem a verdadeira natureza e essência do capital. É partindo desse pressuposto que a cidade capitalista se apresenta como o ponto alto da tentativa do capital de parecer civilizado e representar a grandeza das aspirações humanas. Contrariar tais pressupostos implica estar desolado, excluído e inerte diante do espetáculo meticulosamente construído pelo capital para alienar continuamente indivíduos a se esforçarem ainda mais pela busca contínua do sucesso, das melhores oportunidades [...] do olhar alienado às realizações humanas expressivamente orientadas, sem que percebam o efeito nocivo que lhes causam e, principalmente, sem que percebam que reforçam o testemunho da desintegração da sociedade com suas múltiplas repercussões sobre a vida cotidiana.

DAS FÁBULAS DO CAPITALISMO À FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA

Quando Harvey (2016) discutiu acerca dos “desenvolvimentos geográficos desiguais e a produção do espaço” em sua 11a contradição, foi impactante perceber o quanto o mundo ocidental tem se revestido continuamente com uma arquitetura “fabulosa” e de significados “icônicos” que despertam e repercutem diariamente sobre o nosso cotidiano. É inegável que não encontremos, por exemplo, réplicas de pratos gastronômicos tradicionais da França; ou mesmo réplicas de estátuas da liberdade que anteriormente eram exclusivas de Nova York; ou, ainda, a expansão da famosa escultura “I Amsterdam” em todo o mundo, adaptando-se às cidades que a recebem, como “I ♥ Rio”, “I ♥ NY”, etc. Não há como escapar. O capital está em todos os lugares: desde macro ao micro, em diferentes escalas, nas grandes e pequenas cidades, descentralizando hábitos e criando novos interesses. A responsabilidade de quem está por trás pouco importa. Acredito que talvez seja mais conveniente atribuir essa dinâmica, de maneira superficial, somente ao avanço da ciência, tecnologia e da industrialização – sem que destaquemos a onipresença do capital.

Expresso isso de forma satírica, pois na história do capitalismo, como resgata Harvey (2016) ao discutir em sua 13a contradição “reprodução social”, existe entre os capitalistas uma forte cultura por eficácia e produtividade crescentes, o que nos leva a refletir acerca do aumento exponencial de grandes monopólios em escala global. Associada a essa cultura de massas, cumpre às grandes metrópoles a responsabilidade de acolher as inovações que são idealizadas por essas grandes corporações e, posteriormente, distribuí-las como produtos em âmbito regional e nacional. É como se estivéssemos fazendo analogia a uma marca de moda que lançará um projeto no Brasil. Tomemos como exemplo a grife francesa de luxo Chanel. Durante o maior evento de moda do país, a São Paulo Fashion Week, são apresentadas peças de alta costura e acessórios da Chanel, com o intuito de influenciar a produção de moda no Brasil e, assim, estimular a fabricação padronizada de produtos e de roupas que estarão presentes nas vitrines de diversas marcas e lojas.

Considerando a condição socioeconômica de grande parte da população brasileira, é evidente que não será unânime às classes sociais a condição de consumir os mesmos padrões de moda apresentados na SPFW. Apesar disso, é importante realizar o exercício de que também estamos (e sempre estaremos) diante da existência de um capital cultural cujo setor informal também se adequa para atender ao circuito inferior da economia (SANTOS, 2008). Isso significa que, embora determinada peça de roupa possa não ter o mesmo tecido ou acabamento da original, ela continuará acrescentando valores culturais e de capital com a mesma solidez à Chanel e seu grande monopólio. O que devemos apreender como referência a partir do caso da SPFW é o grau em que o capital estético utiliza das massas para promover estímulos ao

consumo excessivo e ao fetiche da mercadoria. E embora existam pessoas que se autoafirmem como não conformistas aos padrões que a mídia capitalista busca impor, é inegável que todos nós estamos sujeitos a uma constante alienação, seja ela em menor ou maior medida.

O mesmo acontece com a dimensão espacial: não é difícil observarmos o quanto o fetiche à mercadoria também se estende em nossa vida cotidiana através das formas. Nos últimos vinte anos temos testemunhado um crescimento significativo dos condomínios fechados em todo o país, principalmente após a implementação da política habitacional do MCMV em 2009. No entanto, foi especificamente na metrópole de São Paulo, nos anos 1970, conforme analisou Caldeira (1997), que surgiram as primeiras habitações em espaços fechados. De acordo com a autora, esses ambientes devem ser compreendidos verdadeiramente como “enclaves fortificados”, uma vez que se conjugam elementos, como: moradia, altos níveis de segurança e a segregação intencional de classes sociais de elevado poder aquisitivo. Mas o que nos interessa, por hora, é entender o porquê de haver crescido demasiadamente o interesse de cada vez mais famílias residir nesses espaços – e não nos referimos exclusivamente às classes sociais de alto poder aquisitivo.

Para começar, o fato de o dinheiro permitir que o poder social seja apropriado e usados exclusivamente por pessoas privadas coloca o dinheiro no centro de uma ampla variedade de comportamentos nocivos (HARVEY, 2016, p.37). Tal nocividade, quando relacionada à “opção” de residir em espaços protegidos por equipamentos de segurança, guardas e câmeras operando ininterruptamente, revela implicitamente o claro interesse das classes sociais de alta renda em se distanciar daqueles que não são semelhantes, isto é, dos trabalhadores assalariados que não compartilham das mesmas experiências, práticas espaciais e desejos.

A esses trabalhadores, os moradores dos enclaves fortificados atribuem o medo generalizado da violência e, de forma velada, atribuem os espaços periféricos e os trabalhadores como causadores pela insegurança urbana. Nessas condições, a resposta típica do capital para fortalecer-se e evitar a instauração de um caos é estender o direito de residir em espaços fechados também às famílias pertencentes às classes sociais periféricas. É certo que as condições de estrutura não se assemelham em forma e em volume àquela criada originalmente, mas o que merece nossa atenção é o crescente interesse pela habitação segregada, que continua a separar – com novos instrumentos – os diferentes grupos sociais e, assim, constituindo um espaço banal da escassez, conforme abordado por Santos (1979).

Para respaldar essa análise, Santana (2013), apoiado em Carlos (1996), argumenta que o incentivo proporcionado pelo mercado imobiliário, em conjunto com o Estado, ao facilitar a

expansão de espaços fechados, ultrapassa a capacidade de reestabelecer, em algum momento, a coesão, integração e sociabilidade do espaço urbano. De acordo com o autor,

[...] o espaço é hierarquizado, distinguido entre pontos que se multiplicam entre espaços nobres e vulgares, espaços residenciais de elite, espaços de classes médias, espaços favelizados, o que produz uma série de guetos que, longe de se justaporem, hierarquizam-se no espaço social como consequência da hierarquia social e econômica (SANTANA, 2013, p.55 apud CARLOS, 1996, p.30).

Em outras palavras, busca-se entender que na cidade contemporânea configuram-se enclaves hierárquicos sobrepostos a outros espaços e compondo uma forma espacial que se norteia em fragmentos urbanos amplamente desconexos. Nessa repartição, que implica na completa fragmentação do espaço urbano, podem-se observar ações de diversos segmentos sociais em busca dos melhores espaços da cidade, mesmo cientes de que garantia de permanência nestes se apoiam eminentemente e tão-somente pelo consumo. Cria-se, assim, uma arena de contradições, cuja reprodução social se manifesta, por um lado, de maneira arbitrária àqueles que dela deveriam se beneficiar positivamente e, por outro, atendendo ao capital ao promover um ambiente de competição dentro do próprio espaço urbano.

UBERLÂNDIA: ENCLAVES, PRÁTICAS ESPACIAIS E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

Quando analisamos os processos que se manifestam por meio da exclusão dentro do espaço urbano, imediatamente buscamos identificar as áreas, contextos ou bairros nos quais esses elementos se materializam. Esse exercício de análise nos conduz a uma reflexão mais aprofundada sobre as complexidades subjacentes à dinâmica social e espacial, instigando-nos a considerar não apenas as manifestações superficiais, mas também as raízes e implicações mais profundas desses fenômenos de exclusão. A despeito desses fenômenos exemplificados pelos enclaves fortificados, como já discutido previamente neste ensaio, produzem-se práticas espaciais multivariadas (em menor e maior grau estabelecidas de acordo com a classe social e posição no espaço urbano) que não só consolidam como também influenciam no nocivo processo de fragmentação socioespacial.

Como na análise geográfica é de fundamental importância a adoção de um modelo empirista para uma investigação mais abrangente, consideremos a cidade mineira de Uberlândia como objeto de estudo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade é classificada como a segunda mais populosa do estado, contando com 713 mil habitantes. Nacionalmente é reconhecida como um espaço atraente tanto para empresas



multinacionais, investidores e famílias que a enxergam como uma oportunidade de acesso a condições de vida mais favoráveis. Sua localização regional a torna singular devido à sua capacidade de interligar logicamente diversos pontos do país por meio de toda a sua cadeia econômica, além de proporcionar uma extensa infraestrutura e uma economia diversificada.

Apesar de toda essa grandiosidade que denota Uberlândia como uma grande cidade no cenário regional e nacional, é de fundamental importância advertir que em seu plano de fundo ocorrem processos nocivos e amplamente desiguais. Referimo-nos neste momento, por ora, aos espaços tidos como periféricos, mas não somente aqueles delegados à pobreza urbana, mas também aqueles espaços cujo enfrentamento de desafios socioeconômicos é crescente. Embora o limiar da pobreza, em suas várias ramificações, seja sempre digno de atenção em uma análise contextual, neste ensaio procura-se contemplar que outros ambientes periféricos – ainda que estes apresentem índices de prosperidade urbana melhores em relação aos primeiros – também têm produzido diferentes níveis de descontinuidades em relação aos "espaços abertos" do espaço urbano.

Tais descontinuidades, associadas à subalternização imposta pelos “espaços abertos”, são explicadas por Amorim (2022), ao analisar que,

[...] os espaços abertos, teoricamente destinados à pluralidade de atividades como encontros, recreação, expressão cultural e socialização, deveriam operar de maneira justa e democrática, livre de barreiras discriminatórias, sejam elas de gênero, etnia ou condição socioeconômica. Todavia, na conjuntura política atual em que vivemos, observamos que esses locais são frequentemente negligenciados, relegados a segundo plano e, quando atendidos pela esfera municipal, não cumprem todas as normativas necessárias em termos de infraestrutura. Como resultado, ocorre a ocupação maciça da população em outros espaços, aqui considerados como “espaços abertos”, fechados, hierarquizados e construídos pela iniciativa privada, como shoppings centers e galerias comerciais, que se utilizam de estratégias recorrentes de marketing para alinear a população e, assim, incentivar o comportamento contínuo do consumo. E sendo o consumo um elemento eminentemente individual, ele acaba reforçando a ocorrência de descontinuidades sociais e espaciais, atinentes de uma fragmentação na vida cotidiana (AMORIM, 2022).

Em Uberlândia (MG), como resultado das políticas habitacionais implementadas a partir de 2009 como produto da Lei nº 11.977, diversos conjuntos habitacionais foram erguidos. Não surpreendentemente, a maioria desses empreendimentos foi construída em áreas significativamente afastadas do tecido urbano consolidado, alinhando-se com os interesses das elites locais, especialmente dos proprietários imobiliários e de terra. Essa dinâmica desencadeou pressões sobre a câmara legislativa local para ampliar a delimitação do perímetro urbano, transformando áreas periurbanas em espaços legalmente urbanos e, assim, combinando

ganhos financeiros à longa tradição de especulação de terras, a qual já existia e agora, mais uma vez, impulsionada pela atuação do próprio Estado.

Nesses conjuntos habitacionais, destinados a diferentes faixas de renda, é notável que a principal meta da política habitacional foi alcançada: proporcionar o acesso à moradia para famílias que, ao longo de tantos anos, dedicaram extensas jornadas de trabalho. Isso representa uma conquista significativa, ainda que essas famílias tenham de destinar uma parcela substancial de seus rendimentos para administrar a manutenção do financiamento até a liquidação da dívida junto ao Estado. Contudo, deparamo-nos com um dilema: de um lado, celebram a realização do tão almejado sonho da casa própria; de outro, essas mesmas famílias enfrentam um novo desafio ao tentar se integrar à cidade à qual, teoricamente, pertencem. Isso se deve ao fato de que a localização dos conjuntos habitacionais muitas vezes se encontra equidistante das infraestruturas essenciais, como áreas de lazer, locais de trabalho e instituições educacionais, consideradas vitais para qualquer cidadão urbano.

Em algumas cidades brasileiras, como produto da política habitacional promovida pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), ocorreu a integração progressiva do espaço vago entre as áreas que deram lugar as unidades habitacionais e o tecido urbano consolidado, com estruturas comerciais, serviços, educação, saúde etc., dinamizando e tornando harmônica a proximidade do local de moradia a essas outras infraestruturas. No entanto, é importante salientar que essa situação não é universal para todas as cidades. O tempo de espera, anteriormente exclusivo e celebrado pelos grandes proprietários de terra visando sua futura comercialização, agora alcança também as classes médias. Tais classes adotam essa mesma estratégia para acumular reservas financeiras e aumentar seus ganhos em outras regiões urbanas, fazendo com que ocorra a multiplicação de rendas provenientes da utilização do solo urbano. Em outras palavras, busca-se entender que, ao contrário do passado, onde a ocupação progressiva das terras disponíveis entre as unidades habitacionais e o tecido urbano consolidado era comum, hoje, essa dinâmica urbana não ocorre com a mesma solidez – e se é que ocorre.

Isso acontece porque, ao percebermos que uma considerável parcela das classes médias repete o mesmo comportamento dos grandes proprietários de terra, torna-se comum que todos aguardem a valorização da terra urbana que possuem antes de colocá-la à venda. Esse período de espera, no qual até mesmo o proprietário da terra não tem certeza sobre quando vendê-la, culmina na acentuação de processos já mencionados, como a descontinuidade territorial. Esse cenário impacta diretamente a vida cotidiana dos residentes das unidades habitacionais, pois eles dependem desse aguardo para ter acesso mais próximos às infraestruturas essenciais à manutenção de suas rotinas diárias. E como não há previsibilidade acerca do tempo de espera

para a ocupação de tais espaços, compete aos cidadãos ocupantes dos conjuntos habitacionais o enfrentamento de uma série de dificuldades em termos de apropriação do espaço urbano.

No levantamento realizado por Chaves (2020), foram identificados 14 empreendimentos provenientes do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), os quais foram contratados no período de 2009, marco inicial da implementação da política habitacional, até 2018, todos situados na faixa de renda 1, definida pelo programa. Em uma análise mais detalhada, é possível constatar, através da Tabela 1, que dos três empreendimentos lançados no ano de 2014, apenas um deles foi efetivamente construído nas imediações do perímetro urbano.

Este caso se refere ao Residencial Córrego do Óleo, localizado a aproximadamente 7,2 km da área central de Uberlândia (MG). Em contraste, os empreendimentos "Residencial Monte Hebron" e "Residencial Pequis" foram construídos em uma área equidistante não apenas do conjunto urbano da cidade, mas também em relação à área central, que é adotada como ponto de referência nesta análise. Em quilômetros, estima-se que a distância em linha reta entre esses dois empreendimentos seja de aproximadamente 10 e 11km, respectivamente. No entanto, é relevante considerar que o percurso entre esses locais até o centro da cidade, utilizando o transporte público e considerando as baldeações nos terminais de integração, amplia consideravelmente as distâncias, resultando em tempos desiguais para os cidadãos desses conjuntos habitacionais e contribuindo significativamente para um acesso segmentado à cidade.

Tabela 1 – Uberlândia (MG) – Nome, quantidades de casas e ano de contratação dos empreendimentos do PMCMV – Faixa 1 – até 2018.

Nome do empreendimento	Quantidade de casas	Ano de contratação
<i>Residencial Sucupira</i>	270	2009
<i>Park dos Jacarandás (I e II)</i>	998	2009
<i>Residencial Sucesso Brasil</i>	141	2009
<i>Residencial Tapajós</i>	500	2009
<i>Residencial Villanueva</i>	500	2009
<i>Residencial Villareal</i>	500	2009
<i>Residencial Vitória Brasil</i>	500	2009
<i>Residencial Xingu</i>	493	2009
<i>Residencial Baltimore</i>	64	2010
<i>Residencial Jardim Maanaim</i>	206	2012
<i>Residencial Tocantins I e II</i>	576	2013
<i>Residencial Córrego do Óleo</i>	1600	2014
<i>Residencial Monte Hebron</i>	2000	2014
<i>Residencial Pequis</i>	3200	2014

Fonte: Caixa Econômica Federal (2018). Elaboração: Amorim e Soares (2023)

As políticas públicas, como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), são, em princípio, essenciais para enfrentar o significativo déficit habitacional existente no Brasil. Em



Uberlândia, Minas Gerais, o déficit habitacional foi estimado em 17.961 unidades em 2010, conforme dados do IPEA (2013). No entanto, é preciso destacar que, apesar dos esforços do PMCMV para reduzir ou amenizar o *déficit* habitacional no país, essas iniciativas não apenas se revelaram insuficientes para solucionar esse problema inicial, mas também foram geradoras de outro, que foi a periferização das classes mais pobres. Com essa consideração, evidenciamos o impacto significativo da intervenção do Estado na amplificação dos efeitos do processo de fragmentação socioespacial analisado neste ensaio, à medida em que condiciona os moradores desses conjuntos habitacionais a uma exclusão compulsória assim que ocupam esses espaços.

É inegável que, para famílias que sempre enfrentaram as agruras da pobreza, obter acesso à moradia representa uma conquista notável. Especialmente quando consideramos que a luta pela moradia no contexto brasileiro remonta há muitos anos e deve ser reconhecida como uma causa de longa data. No entanto, é imperativo ponderar que a realização do direito à moradia não pode ocorrer à custa da violação de outro direito igualmente fundamental para todo cidadão: o direito à cidade. Conforme alertado por Amorim (2022), surge um questionamento substancial sobre essa problemática: *de que adianta oferecer à população uma casa que está isolada de tudo que podemos chamar de cidade?* (AMORIM, 2022, p. 110).

Todos esses rebatimentos e questionamentos, relacionados à conjectura desastrosa promovida pelo capitalismo, geram transformações na cultura, as quais, conseqüentemente, impactam o âmbito econômico, político e social, resultando em novos modos de vida – modos estes condicionados, em grande parte e medida, aos episódios constantes de exclusão e à falta de reconhecimento das potencialidades de apropriação sobre o espaço urbano. Em grande medida, não é, em grande parte, o fato de estarmos em uma transição entre a extinção de alguns modos de vida e a criação de outros que pode ser compreendido como um processo fragmentado? À luz dessa premissa, o quão flexível estaria o modelo de produção capitalista minimizar – e nem insinuo superar – as desigualdades, levando em consideração todas as injustiças já acometidas em escala global?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente ensaio, procuramos apresentar elementos que contribuíssem com a reflexão discutida por David Harvey em seu livro “As 17 contradições e o Fim do Capitalismo”, de modo a relacionar com o processo de fragmentação socioespacial. Para isso, utilizamos como cenário a cidade de Uberlândia e os conjuntos habitacionais destinados às famílias enquadradas na faixa de renda 1, conforme classificação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Embora compreendamos que as contradições revelam um pano de fundo que instigam a

sociedade a tomar decisões e, desse modo, vislumbrar novos horizontes, é inegável que as soluções raramente são acompanhadas, simultaneamente, por um nível adequado de conforto – conforto este que, na verdade, somente o experimenta aqueles que se curvam à alienação sob a forma de exploração.

Posto isso, é sempre adequado reafirmar o quanto a sociedade contemporânea tem se tornado um espaço onde as contradições perversas do capital se conjugam, afetando as relações cotidianas e levando a uma constante desintegração. O valor de uso, que representa as necessidades e desejos da vida cotidiana, é subjugado pelo valor de troca, resultando em exclusão e limitação das possibilidades de participação dos cidadãos na cidade.

Nesse contexto, torna-se representativo realizar reflexões contínuas sobre as implicações do sistema capitalista na vida cotidiana e nos questionar, por exemplo: por quanto tempo os obstáculos que erguemos continuarão a nos roubar a visão de alternativa do mundo? E sem esquecer, devemos ter em mente que tanto a construção dos muros quanto a busca por alternativas são atos políticos que dizem respeito à sociedade que desejamos construir.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Paulo Henrique Silva de. **Fragmentação socioespacial, práticas espaciais e cotidiano: bairro Residencial Integração – Uberlândia (MG)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia (MG), 2022, 161f.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A mundialidade do espaço**. In: MARTINS, José de Souza. (Org). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. 1 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- FIPE ZAP. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Preço dos imóveis sobe 1,32% em 2015**. Acesso em 04 jul, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1991.
- MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORCUENDE, Alejandro González. Por trás das origens da fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, 2021.
- SANTANA, João Paulo Monte de. **O espaço urbano contemporâneo e o sujeito total insurgente**. 2013. (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). Rio de Janeiro (RJ), 114f.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Hucitec. 1997
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª Edição. São Paulo: EdUSP, 2008.